

## A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Camila Aparecida da Silva Albach<sup>1</sup>; Gabrielle Fernandes Gomes<sup>2</sup>; Reidy Rolim de  
Moura<sup>3</sup>; Aline Diandra Moleta<sup>4</sup>**

**GT:** GT 2 – Conflitos Socioambientais

### **Resumo**

No século XIX começaram a surgir os primeiros passos da Economia Solidária (ECOSol), alternativa de geração de trabalho e renda que possui princípios como solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade. Atrelada à perspectiva ambiental e prezando também pelo desenvolvimento sustentável, torna-se o modelo para a inclusão, considerando a trajetória histórica evidencia sua centralidade como resposta aos desafios ambientais, sociais e econômicos contemporâneos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é compartilhar experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol com as associações de catadores de materiais recicláveis que acompanhou durante seus 20 anos de história através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Buscou-se destacar a importância de valorizar o trabalho com reciclagem, tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade, além de fazer relações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a valorização de saberes locais, de comunidades vulneráveis, pautando-se na legislação vigente. Para desenvolver esse trabalho, foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, fazendo a exploração de três experiências de sucesso com associações em Ponta Grossa, Imbaú e Porto Amazonas, todas no Paraná. A pesquisa contou com o apoio de estudos bibliográficos, análise de documentos e análise de conteúdo. Dentre os resultados apontados, destaca-se a valorização de vivências dos trabalhadores de reciclagem e o reconhecimento destes enquanto protagonistas e sujeitos históricos na sociedade. Também observou-se a importância do trabalho coletivo e autogestionário, que faz diferença na forma de atuação e interação entre os/as associados.

**Palavras-chave:** Catadores de Materiais Recicláveis 1; Economia Solidária 2; Desenvolvimento Sustentável 3; Meio Ambiente 4.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais Aplicadas; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [camialbach18@gmail.com](mailto:camialbach18@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [gabrielle.fgomes15@gmail.com](mailto:gabrielle.fgomes15@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8392-5934>

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia Política; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [reidymoura@gmail.com](mailto:reidymoura@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [alinediandram@gmail.com](mailto:alinediandram@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5520-1931>

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente geração de resíduos sólidos nas cidades brasileiras reforça a importância do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis, cuja atuação é essencial para a preservação ambiental e para a promoção da sustentabilidade urbana. No entanto, esses trabalhadores ainda enfrentam condições precárias, baixa valorização social e falta de reconhecimento institucional. Nesse contexto, a Economia Solidária (ECOSOL) se apresenta como uma alternativa viável e transformadora, ao propor formas de organização baseadas na cooperação, na autogestão e na inclusão social, promovendo a geração de trabalho e renda de maneira coletiva e sustentável.

A Economia Solidária valoriza os saberes locais e propõe uma ruptura com a lógica do lucro, priorizando relações econômicas mais justas e humanas. Por meio de empreendimentos como cooperativas e associações, esse modelo fortalece a autonomia de grupos historicamente marginalizados, como os catadores, promovendo sua dignidade e reconhecimento enquanto agentes fundamentais na cadeia produtiva da reciclagem.

Nesse cenário, destaca-se o papel da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que desde 2005 atua na formação, apoio técnico, assessoria, consultoria e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nos Campos Gerais no Paraná, incluindo grupos de catadores de recicláveis. Por meio de metodologias participativas e assessoria continuada, a incubadora contribui para o fortalecimento da autogestão, da organização coletiva e da sustentabilidade desses grupos, ampliando as possibilidades de valorização social e econômica do seu trabalho.

Assim, a valorização do trabalho dos catadores a partir da perspectiva da Economia Solidária não se limita ao reconhecimento simbólico, mas envolve transformações estruturais na forma como esses sujeitos são inseridos nas dinâmicas produtivas e sociais. Ao promover o empoderamento coletivo, a geração de renda justa e o protagonismo desses trabalhadores na gestão de seus próprios empreendimentos, essa abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, solidária e ambientalmente responsável.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é expor um relato de experiência da IESol com as associações de catadores de materiais recicláveis que acompanhou durante os seus 20 anos de existência na UEPG. Além de enfatizar a importância da valorização do trabalho com reciclagem para com o meio ambiente e a sociedade.

As experiências que ganham destaque são: ARPA (Associação de Recicladores de Porto Amazonas), um dos empreendimentos de economia solidária que já foi incubado pela IESol. Outra associação que atua na reciclagem de materiais, incluindo lixo eletrônico, é a ARREP (Associação de Recicladores Rei do Pet). E a mais recente, a ACAMARI (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú), vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR).

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada na construção deste artigo é de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, com o apoio da pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Os materiais bibliográficos usados foram artigos, livros, revistas e documentos internos da IESol como relatórios de reuniões e dossiês de incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de reciclagem e as associações acompanhadas de 2006 a 2025, considerando que para Pádua (1997, p.62) “é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); [...] a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.”

As associações de reciclagem que foram incubadas ou acompanhadas, ao longo dos 20 anos de história do programa de extensão, foram acessadas pela equipe da IESol de maneiras diferentes. ARPA e ARREP contataram a UEPG e foram encaminhadas com demandas específicas, sendo contempladas através de editais de fomento público. E a ACAMARI foi contatada pela Secretaria Municipal de Imbaú, também através de um projeto com financiamento do Universidade Sem Fronteiras (USF), mas com a intenção de realizar formações e não incubação. As 3 associações foram objeto de estudo deste artigo e fazem parte da trajetória extensionista do programa que trabalha com sustentabilidade e Educação Ambiental.

Além do mais, foi baseada em análise de literatura, ou seja, revisão de livros, artigos e outros materiais relacionados ao tema que são construções coletivas da incubadora. O relato de experiência foi avaliado com reflexões sobre a formação da incubação, assessoramento e formações com catadores de materiais recicláveis, e percepção de seus efeitos na comunidade local.

Por fim, para a análise dos dados bibliográficos, documentais e relatos de experiência, optou-se pelo uso da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1997), para realizar esse processo, é importante passar por três etapas principais: primeiro, a pré-análise; depois, a exploração do material; e, por último, o tratamento dos resultados, que inclui a inferência e a interpretação.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Durante o século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, surgiram os primeiros passos da Economia Solidária, também conhecida na época como economia social, algo que nos dias atuais já existe a diferenciação. Essas iniciativas começaram nas pequenas comunidades de trabalhadores que formavam cooperativas, lideradas pelo movimento sindical inglês. No entanto, esses esforços não duraram muito tempo, principalmente por causa da resistência do governo à época. Esse período de transformação no mundo do trabalho coincidiu com a Revolução Industrial, quando a tecnologia avançou bastante, especialmente na produção com máquinas. Essa mudança exigia uma mão de obra mais qualificada, o que acabou deixando muitas pessoas sem o trabalho que antes realizavam. Ficou claro que era preciso buscar alternativas para lidar com as mudanças que estavam acontecendo nesse cenário de transformação.

A Economia Solidária é um movimento social e sustentável que vem ganhando espaço ao redor do mundo e surge como uma alternativa para o crescimento econômico, que segue refém do capitalismo e de modelos de exploração dos trabalhadores. Se baseia em valores como cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, e manifesta-se através de iniciativas como cooperativas, associações e grupos que trabalham juntos na produção de bens ou serviços. Além de gerar empregos e renda, a Economia Solidária também contribui com a inclusão de pessoas que muitas vezes ficam à margem do mercado formal, como mulheres, jovens, pessoas em sofrimento psíquico e trabalhadores informais.

O crescimento desse modelo acontece graças a políticas públicas, projetos e programas universitários, redes de colaboração e planejamentos que incentivam empreendimentos coletivos. Essas ações ajudam a fortalecer iniciativas como cooperativas de agricultura familiar, bancos comunitários, projetos de reciclagem e redes de produção de alimentos e artesanato, transformando-as em importantes agentes de desenvolvimento sustentável local e na redução das desigualdades.

A Economia Solidária envolve muitas iniciativas de associações e cooperativas de reciclagem, mas ela não resolve tudo por si só, quando falamos sobre as condições de trabalho dos catadores, mesmo quando estão organizados coletivamente, continuam expostos a diversos riscos de saúde e demais frustrações do trabalho. Mas isso ocorre em decorrência da falta de Educação Ambiental na sociedade, que acaba marginalizando ainda mais a situação de pessoas que trabalham em prol de um mundo mais justo e sustentável.

Para Filho (2012, p.13), a ECOSOL pode ser "[...] um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.", ou seja, em suma compreende-se enquanto experiências que apoiam o desenvolvimento de atividades econômicas com objetivos sociais e coletivos sob a perspectiva de valorização do saber humano acima do lucro, buscando a efetivação da cidadania e da solidariedade. E é justamente por esses princípios que existe um potencial de trabalho voltado para cidadãos que atuam com reciclagem e outros resíduos.

Para compreender melhor essa questão cabe-nos pontuar o fato de que muitas vezes, a população não faz a separação adequada dos materiais recicláveis, o que torna o trabalho dos catadores mais difícil. Por isso, é importante que os municípios criem projetos voltados à Educação Ambiental, com o objetivo de ajudar as pessoas a entenderem melhor a importância da separação correta. Afinal, para que a coleta seletiva funcione de forma eficiente, é fundamental que toda a comunidade participe e esteja sensibilizada em relação ao tema (Berticelli et al., 2020, p. 788). E essa sensibilização faz toda a diferença, pois pode evitar inclusive preconceitos com esses trabalhadores.

Vale pontuar que compreende-se Educação Ambiental enquanto um caminho e o processo através do qual toda a coletividade adquire valores, conhecimentos e habilidades para pensar e agir em prol do meio ambiente, e amplia-se para uma dimensão social, cultural e política. De acordo com a Lei N° 9.795, “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999, Art. 2). Entende-se, portanto, que a responsabilidade de proteger o meio ambiente não é apenas dos órgãos governamentais, mas de toda a humanidade, assim como, o trabalho com reciclagem não se limita aos catadores, ele já começa na separação correta em casa.

Se nos voltarmos ao princípio da sustentabilidade nos deparamos com um modelo alternativo de economia que preza pelo respeito e preservação da natureza, o qual busca

valorizar iniciativas de reciclagem e reaproveitamento de materiais. Neste sentido, fazendo jus a própria Educação Ambiental, é possível observar ações voltadas para um desenvolvimento sustentável, que de forma crítica e inclusiva tenta contribuir para com a geração atual e as futuras.

Contextualizando, nas últimas décadas, o debate acerca dos limites do crescimento econômico e das consequências das ações humanas sobre o meio ambiente ganhou destaque na agenda internacional. O agravamento das crises ecológicas, o aumento das disparidades sociais e o uso insustentável dos recursos naturais evidenciaram a necessidade urgente de um novo paradigma de desenvolvimento — um modelo capaz de integrar crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, consolidou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, compreendido como um processo que busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias demandas. Assim, a sustentabilidade transcende o ideal ambientalista, assumindo-se como princípio orientador que articula, de forma interdisciplinar, os pilares econômico, social e ambiental.

Barbosa (2008) destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu das pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta aos impactos das alterações climáticas e aos desafios de um desenvolvimento inclusivo e duradouro. Entre os autores que problematizam o tema, José Eli da Veiga (2005) considera o desenvolvimento sustentável um enigma ainda não totalmente solucionado, mas que pode ser comprovado. Em sua obra *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*, o autor sugere que o modelo representa uma utopia a ser construída ao longo deste século, defendendo a necessidade urgente de um novo paradigma científico capaz de superar os limites do modelo globalizado atual.

Carla Canepa (2007) complementa essa visão ao argumentar que o desenvolvimento sustentável não deve ser entendido como um estado estático de equilíbrio, mas como um processo contínuo de transformação. Para a autora, o conceito envolve a conciliação da exploração racional dos recursos naturais, dos investimentos tecnológicos e das mudanças institucionais, visando a melhoria das condições de vida presentes e futuras. Além disso, enfatiza que o desenvolvimento sustentável deve ser, acima de tudo, inclusivo.

Esse debate é importante pois existe uma resolução de 2023, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, chamada “Promovendo a Economia Social e Solidária para o

Desenvolvimento Sustentável” (A/RES/77/281), que sugere que os conceitos relacionados podem ser definidos de forma conjunta. As recomendações de ação estão detalhadas em documentos que incentivam as agências a apoiarem a implementação da Economia Social e Solidária em níveis nacional, local e regional (Gomes, 2024).

Dessa forma, usando estratégias, programas e incentivos financeiros adequados a diferentes fases de desenvolvimento, é possível promover a ECOSOL de maneira alinhada ao desenvolvimento sustentável.

[...] os ODS não podem ser totalmente realizados sem a mobilização efetiva das entidades e dos atores da economia social e solidária (a realização de 65 das 169 metas dos 17 ODS baseia-se em parte na economia social e solidária), destacando as características da economia social e solidária de proximidade, transversalidade e interconectividade (Pitacas, 2019, p.4).

A partir da crítica ao modelo tradicional de crescimento e da emergência de um novo paradigma, ambos os conceitos se aproximam, e a sustentabilidade evoluiu para abranger uma visão integrada que articula preservação ambiental, justiça social e progresso econômico. No entanto, a efetivação depende da articulação entre ciência, políticas públicas e participação social, o que impacta diretamente ações que são voltadas para o trabalho de incubadoras com catadores de materiais recicláveis, debate este que iremos nos debruçar a seguir.

#### **4 A INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - IESOL E O TRABALHO COM CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS**

O processo de reciclagem é muito importante para o meio ambiente, pois ajuda a preservar os recursos naturais ao reduzir a necessidade de extrair novas matérias-primas. Além disso, a reciclagem economiza energia e também contribui para que os aterros sanitários tenham uma vida útil maior. A Lei 12.305, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada em 2010 no Brasil, incentiva a formação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis. Essa lei reconhece a reciclagem como uma forma adequada de destinação final para os resíduos, que seja mais amiga do meio ambiente. Ela também valoriza o resíduo sólido reciclável como um bem econômico e social, gerador de empregos e renda, além de promover a cidadania (Brasil, 2010).

Nos últimos anos, os catadores de materiais recicláveis têm buscado se organizar de formas diferentes para superar os obstáculos que dificultam receber um valor maior

pelo seu trabalho. Ao se unirem, eles fortalecem suas ações e conseguem estabelecer relações de mercado mais favoráveis, além de avançar em alguns pontos dentro da cadeia produtiva. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a criação de associações e cooperativas surgiu como uma das principais maneiras de esses trabalhadores se organizarem economicamente em todo o país. Mas existem suas diferenciações

No caso das associações, as legislações mais recentes indicam que elas não possuem finalidade econômica. Seu objetivo é a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópica, entre outras. Por sua vez, as cooperativas possuem finalidade essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto aos sistemas de comercialização (IPEA, 2017, p.24).

A reciclagem vem ganhando destaque como um setor econômico importante, especialmente nos últimos anos, quando a questão dos resíduos sólidos passou a ser uma preocupação central no planejamento urbano e na gestão pública de praticamente todas as grandes cidades do mundo.

Entre as opções de destino final para resíduos, a reciclagem se destaca, justamente por isso que a Economia Solidária vê potencial de trabalho. Isso porque, ao reaproveitar materiais descartáveis, conseguimos reduzir os impactos ambientais, economizar recursos naturais e ainda gerar benefícios sociais, incluindo a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva, o que assemelha-se com a lógica de uma economia alternativa e com os princípios de cooperação e sustentabilidade.

A IESol vem trabalhando há 20 anos na incubação e assessoria de grupos organizados enquanto associações de reciclagem, além de buscar promover ações voltadas aos ODS e à Educação Ambiental. Enquanto programa de extensão suas atividades são condicionadas a UEPG e as secretarias responsáveis pelo ensino superior, o que possibilita que uma equipe interdisciplinar possa atuar com os/as associados. Neste sentido, cabe-nos expor as 3 (três) experiências que a incubadora teve com este público e de que forma a Economia Solidária serviu para o fortalecimento de vínculos e cumpriu seu papel para com a sustentabilidade e o meio ambiente.

A primeira delas foi a Associação de Recicladores de Porto Amazonas (ARPA), que foi incubada IESol em 2006, mesmo ano em que tiveram a aprovação de um edital disponibilizado pela Fundação Banco do Brasil, no qual foi possível concretizar o sonho de alguns recicladores de Porto Amazonas (PR), que puderam contemplar a construção

de um barracão de triagem de resíduos recicláveis num terreno cedido pela Prefeitura de Porto Amazonas.

No ano de 2007, pautados nos princípios da Economia Solidária, houve uma maior viabilidade de geração de renda para os associados, aliada à preservação do meio ambiente. Foram cerca de 20 associados que através da seleção de resíduos recicláveis promovem o sustento de suas famílias e exercem a sua cidadania. (IESol, 2015).

Em 2013, a ARPA entrou para o Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, patrocinado pela Petrobras, em um edital escrito com apoio da IESol com a intenção de prestar apoio à associação e avançar em questões de fortalecimento do grupo.

Outra experiência foi a da Associação de Recicladores Rei do PET (ARREP) surgiu em 2010 a partir de um grupo de catadores que tinham interesse em sair das ruas onde coletavam o material para formar uma associação ou cooperativa nos moldes da Economia Solidária. O grupo foi até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do bairro Santa Luzia em Ponta Grossa (PR), que entrou em contato com o departamento do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que encaminhou a proposta para a IESol.

A IESol deu início ao processo de pré-incubação do grupo, fazendo as primeiras reuniões e formações diretamente no CRAS, este momento faz parte de uma das fases de incubação que fazem parte da metodologia do programa de extensão, contendo também a incubação e pós-incubação. No ano de 2011 houve então a construção do estatuto e formalização da ARREP como associação. Os temas abordados durante as formações foram: organização de estatuto, meio ambiente, a importância do catador na sociedade, discussão sobre o nome e identidade visual da associação, trabalho coletivo e demais princípios da Economia Solidária.

Na sequência, no ano de 2012 foi realizada uma parceria com a Prefeitura Municipal da Ponta Grossa, que inseriu a ARREP na coleta seletiva do município através do Programa Feira Verde, disponibilizando um barracão e arcando com os custos de aluguel, água e energia elétrica. O barracão foi destinado para uso das fases de separação e triagem dos materiais. Eram um total de 20 associados que se organizaram em produção e participação coletiva e triagem.

O Programa Feira Verde, o qual a associação fez parte, foi instituído no Município de Ponta Grossa - PR pela Lei nº 11.645/2014 que dispõe sobre a implantação do "Programa Feira Verde no âmbito do Município de Ponta Grossa, e dá outras

providências.” Trata-se de um programa ligado a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), e consiste na troca de materiais recicláveis por produtos produzidos preferencialmente pela agricultura familiar, bem como disponibilizam outros benefícios como vale gás e passe para transporte coletivo (tais benefícios mudam conforme os anos e alterações na legislação) (Ponta Grossa, 2014).

Com o apoio da IESol foram escritos projetos para captação de recursos para a associação, tendo como financiadores de projetos: nos anos de 2011 e 2012 a Cáritas Diocesana, em 2013 o Programa Inspira (BR Foods), em 2014 o Projeto Petrobrás. Todos os projetos são inscritos no coletivo entre a equipe técnica e os catadores.

Dentre os desafios enfrentados no processo de incubação e acompanhamento do grupo destacam-se: o aumento da renda, autonomia em processos administrativos e controle da produção. E os avanços de maior destaque foram: o fortalecimento enquanto um grupo e a consolidação como associação.

A mais recente experiência trata-se da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú - ACAMARI, que se iniciou no ano de 2025 através do projeto “Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza” ligado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR), que buscou atuar no município de Imbaú (PR), com uma população de cerca de 14.249 habitantes conforme último Censo (IBGE Cidades, 2022).

Este projeto de extensão do USF, alocado na IESol, visa trabalhar nas lacunas dos diversos desafios socioeconômicos e ambientais da sociedade, fornecendo à comunidade ferramentas teóricas e práticas para a construção de um mundo mais justo e sustentável, partindo dos princípios da Economia Solidária e propagando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Tendo como foco principal de atuação as áreas de Educação, Assistência Social e Meio Ambiente.

Cabe pontuar que, as SbN são soluções que geram algum benefício à população sem esgotar ou explorar de forma ilimitada os recursos naturais do planeta. A intenção é contribuir com respostas e novas ideias inovadoras para com os desafios ambientais enfrentados atualmente, além de adotar políticas promotoras da conservação. E devido ao potencial de aplicação junto aos EES da ECOSOL, a IESol buscou introduzir esta temática em sua linha de atuação.

Diante da intensificação das emergências climáticas, da crise ambiental e das desigualdades persistentes, torna-se cada vez mais urgente a incorporação do desenvolvimento sustentável como eixo estruturante das decisões políticas, econômicas e institucionais. É por este motivo que a IESol buscou contemplar em seu projeto essa temática. Considerando que repassar esse conteúdo à comunidade é essencial, afinal a sustentabilidade não é apenas uma aspiração ética ou ambientalista, e sim uma exigência para a continuidade da vida e para a construção de um futuro mais justo e resiliente.

Com a presente associação a intenção não é de incubação neste momento, visto que as metas do projeto não prevê este processo, mas sim possibilitar formações e oficinas com os associados, cerca de 15 pessoas. Além do mais, a Secretaria do Meio Ambiente de Imbaú acompanhou a IESol em todas as atividades realizadas até então com o grupo.

As ações se iniciaram em fevereiro de 2025 com a incubadora entrando em contato com a presidente da associação para apresentar o projeto. Na sequência, foram realizadas 2 reuniões de planejamento via a plataforma *Google Meet* para tirar dúvidas e explicar as metas a serem cumpridas. Foi em abril que as atividades presenciais começaram, com uma oficina de vivências sobre os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis e uma dinâmica de fortalecimento de vínculos e conhecimento das equipes da associação e da IESol. Entre maio e junho foram desenvolvidas reuniões de planejamento e um cronograma anual das ações, como atividades voltadas para os direitos trabalhistas de uma associação e demais temáticas oriundas do meio ambiente.

O programa de extensão, através do referido projeto, já tem datas marcadas e pretende acompanhar a associação, prestando assessorias e formações durante os anos de 2025 e início de 2026, e na sequência serão pensadas outras atividades após a avaliação da equipe, pensando nas potencialidades e desafios.

Apesar de estarem organizados como uma associação, esses trabalhadores ainda não estão completamente visíveis na sociedade e continuam ligados ao estigma da exclusão, o que faz com que na ECOSOL possam se sentir incluídos de alguma forma. É de suma importância que a universidade, através de programas de extensão, valorize suas experiências do ponto de vista dos trabalhadores, para que as instituições que participaram da formação da associação, os reconheça como protagonistas e sujeitos históricos nesse processo.

Os catadores/as de materiais recicláveis desempenham um papel essencial para o meio ambiente, e são responsáveis por coletar os materiais que serão reciclados, fornecendo os insumos básicos para as etapas de beneficiamento e transformação, que

visam a reutilização desses materiais na produção de novos produtos. Mas a valorização deste trabalho nem sempre é consenso entre a sociedade. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

Para enfrentar essa dura realidade de pobreza e exclusão social, um contingente considerável de catadores – trabalhadores envolvidos em diferentes elos da cadeia da reciclagem – tem buscado se organizar sob diferentes estratégias de ação coletiva. Essa organização pode ser observada tanto em termos de representação política, com a mobilização dos trabalhadores e seus familiares em torno de uma categoria profissional em busca de reconhecimento social e direitos de cidadania, quanto em termos econômico-produtivos, com a formação de associações e/ou cooperativas no intuito de somar forças por meio do trabalho coletivo (IPEA, 2017, p.8).

Num contexto geral de políticas públicas ambientais, existem entre os municípios muitas diferenças na forma como atuam em relação aos catadores e dependem também do compromisso daqueles que estão dispostos a lutar por um ideal e a transformar isso em uma ação do Estado. Essas ações não acontecem de forma isolada e atingem a vida de todos os/as associados de cada associação. A universidade presta essas acessórias conforme os limites da extensão, ao menos no caso da IESol, buscando também trabalhar com a formação de gestores públicos, para que estes possam atuar em prol da melhoria das condições desses trabalhadores.

É fundamental entender o contexto em que as decisões são tomadas, para que possamos construir juntos uma cultura de educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Essa cultura deve reconhecer o papel dos catadores na cadeia de reciclagem, com o objetivo de construir um futuro mais justo e igualitário para todos, objetivo este que a ECOSOL busca se inserir também.

Além de terem uma função econômica, os empreendimentos coletivos formalizados nesta perspectiva de economia também funcionam como uma forma de representação dos seus membros junto ao governo e a sociedade civil. Isso dá mais força para reivindicarem espaços adequados para guardar e separar o material que coletam, como em alguns casos que citamos na construção de galpões, além de programas de financiamento para processar e agregar valor ao material recolhido, que no caso da IESol geralmente são através de financiamento de projetos voltados para a extensão trabalhar com a comunidade.

O setor de reciclagem tem um grande potencial para gerar oportunidades econômicas no país, não somente na Economia Solidária, como também enquanto agentes de transformação social através de organizações coletivas, “[...] as cooperativas e as

associações são vistas como potenciais instrumentos de inserção social, por proporcionarem uma série de vantagens e melhores condições de trabalho a esses indivíduos.” (IPEA, 2017, p.25). Além disso, pode-se atuar como uma forma de representar catadores diante de governos e de outros espaços de discussão e decisão, defendendo seus interesses e direitos. Dessa maneira, podem reivindicar apoio para melhorar suas condições de trabalho e também garantir acesso a equipamentos e serviços públicos nas comunidades onde vivem, além de ter o apoio da universidade.

Cabe pontuar também que Sopko (2019; 2024) desenvolveram pesquisas e organizaram materiais em formato de dissertação, tese e livros sobre a temática de catadores na IESol, os quais também voltaram-se para a temática de gênero. Um exemplo é o livro “Mulheres catadoras de materiais recicláveis: duplas/triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências” lançado no ano de 2023. As contribuições das autoras é essencial em todo o processo de compreender como as associações funcionam, como são as relações entre homens e mulheres e as particularidades da questão de gênero, algo que também é preciso ser considerado e valorizado na discussão dos catadores de materiais recicláveis de forma geral.

## 5 CONCLUSÃO

A experiência relatada ao longo deste artigo evidencia a relevância da atuação da IESol no fortalecimento dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis sob a ótica da economia solidária. Mais do que um modelo alternativo de organização econômica, a economia solidária representa uma resposta concreta aos desafios sociais e ambientais enfrentados pelas populações marginalizadas, promovendo inclusão, dignidade e justiça socioambiental.

A trajetória da incubadora, com destaque para o trabalho junto às associações ARPA, ARREP e ACAMARI, revela que o apoio técnico, a formação continuada e a valorização dos saberes locais são estratégias fundamentais para a consolidação de empreendimentos sustentáveis e autogeridos. Essas ações não apenas contribuem para a geração de trabalho e renda, mas também ressignificam o papel dos catadores como agentes centrais na cadeia da reciclagem e na construção de cidades mais sustentáveis.

Contudo, a realidade ainda impõe inúmeros desafios, como a precarização das condições de trabalho e o estigma social. Por isso, reforça-se a necessidade de políticas

públicas integradas, educação ambiental e reconhecimento institucional que dialoguem com os princípios da economia solidária. Somente por meio da valorização efetiva do trabalho dos catadores e do fortalecimento de práticas coletivas será possível avançar rumo a uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a sustentabilidade.

Nesse sentido, destaca-se o papel transformador das universidades públicas, que por meio de programas de extensão como o Universidade Sem Fronteiras (USF), assumem uma função social decisiva ao promover a articulação entre conhecimento acadêmico e saberes populares. A atuação da IESol demonstra como a universidade pode contribuir de forma concreta para a transformação social, especialmente quando se compromete com processos formativos que visam a emancipação dos sujeitos e a construção coletiva de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões, Macaé**, v. 1, n. 4, p. 1–10, jan./jun. 2008. Disponível em: [labterramae.nepam.unicamp.br](http://labterramae.nepam.unicamp.br). Acesso em: 2 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTICELLI, Ritielli; DECESARO, Andressa; PANDOLFO, Adalberto; PASQUALI, Pâmela Bia. Contribuição da coleta seletiva para o desenvolvimento sustentável municipal. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 781-796, abr./jun. 2020.

BRASIL. **Lei 9795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 18 de mai. de 2025.

BRASIL. **LEI Nº 10.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

CANEPA, Carla. Desenvolvimento sustentável e equidade. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 151–174, 2007.

FILHO, G.C.F. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & Dados**. Salvador, Bahia. v.12 n.1 p.9-19, jun. 2012.

GOMES, Carla. **Economia Solidária em foco na ONU: Conheça o trabalho da UNTFSSE**. Internacionalização Descentralizada em Foco, Abril, 2024. Disponível em: <https://idefufpb.com/2024/04/10/economia-solidaria-em-foco-na-onu-conheca-o->

trabalho-da-  
untfsse/#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Assembleia%20Geral,passaram%20a%20r  
eger%20a%20UNTFSSSE. Acesso em: 04 jun. 2025.

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Cidades. **Imbaú - Paraná, Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbau/panorama>. Brasil, 2022. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

IESOL. Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Associação de Recicladores de Porto Amazonas - ARPA**. Ponta Grossa, 2025. Disponível em: <https://iesol.webnode.page/products/associa%C3%A7%C3%A3o-de-recicladores-de-porto-amazonas-arpa/>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO BRASIL: DILEMAS E POTENCIALIDADES SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Rio de Janeiro, janeiro de 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7413/1/td\\_2268.PDF](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7413/1/td_2268.PDF). Acesso em: 02 de jun. de 2025.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2005.

PÁDUA, Elisabete Matallo. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PITACAS, José Alberto. **A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Estudos de Economia Pública e Social. Portugal, 29 de junho de 2019. Disponível em: [https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/07/257\\_Pitacas\\_A-ESS-e-os-OS\\_Pt.pdf](https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/07/257_Pitacas_A-ESS-e-os-OS_Pt.pdf). Acesso em: 03 jun. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei nº 11.645, DE 21/01/2014**. Dispõe sobre a implantação do "Programa Feira Verde" no âmbito do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências. Ponta Grossa: Câmara Municipal [2014]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2014/1165/11645/lei-ordinaria-n-11645-2014-dispoe-sobre-a-implantacao-do-programa-feira-verde-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

SOPKO, C. **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa-PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2796>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

SOPKO, C. **TRABALHO E A DUPLA INVISIBILIDADE DAS MULHERES CATADORAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PONTA GROSSA, PR, NA PANDEMIA DA COVID-19**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2024. Disponível

em:<https://www2.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/sites/34/2025/02/Camila-Sopko.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

SOPKO, C. MOURA, R.R. **Mulheres catadoras de materiais recicláveis: duplas/triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências.** Editora Sinergia Casa Editorial, 2023.